

Projeto: Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

PN: 15.9060.3-001.00

Termos de Referência

“Aprofundamento e detalhamento das temáticas de mudança do clima, serviços ecossistêmicos e Adaptação baseada em Ecossistemas na minuta do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) de Santos”

1. Introdução

Impactos da mudança do clima já são observados na atualidade. De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), já se têm registro da intensificação e do aumento da frequência de eventos extremos no Brasil nos últimos anos. Em algumas regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos, enchentes e inundações. Em outras, períodos de seca extrema comprometeram o abastecimento de água, a produção agrícola e a geração de energia. Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar associado às tempestades e ventos fortes causaram danos às infraestruturas e prejuízos socioeconômicos em diversos municípios. Em resumo, os efeitos adversos da mudança do clima impactam os sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

Paralelamente, além dos riscos climáticos, os municípios têm enfrentado as consequências do rápido processo de urbanização ocorrido no país nos últimos 50 anos. Com esse processo, novos desafios foram postos aos gestores públicos locais e tomadores de decisão como, por exemplo, conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a conservação ambiental para redução da vulnerabilidade e da exposição da população aos efeitos da mudança do clima.

Visando subsidiar os diferentes níveis de governo no acesso a metodologias e informações adequadas para a realização de análises de vulnerabilidade, a gestão do risco e a elaboração de medidas de adaptação, o governo federal desenvolveu o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA, 2016), instrumento que visa a redução do risco climático do país e implementação da Agenda Nacional de Adaptação.

Nesse contexto, foi desenvolvido, no âmbito da Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, o projeto “Apoio ao Brasil na implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta)”, que visa contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio

Ambiente é fortalecido em sua função de coordenação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (*mainstreaming*) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementadas. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.

O projeto ProAdapta foi objeto de um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Alemanha, que resultou em uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil - (MMA) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha - (BMUB). A agência implementadora do projeto é a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

No âmbito desta iniciativa, o ProAdapta visa fornecer apoio técnico aos parceiros selecionados, em temas relacionados aos objetivos listados acima, por meio de atividades, tais como: assessoria técnica, consultorias especializadas, estudos, realização/apoio/participação em eventos, capacitações, intercâmbio de experiências, comunicação e sensibilização, entre outros.

Em relação à sua abordagem junto aos Estados e Municípios, o ProAdapta possui como objetivo apoiar a consideração dos riscos climáticos nas políticas e estratégias locais e a implementação de medidas de adaptação inovadoras. Dentro deste escopo, as seguintes atividades poderão ser apoiadas pelo projeto, conforme a demanda:

1. Levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público, relevantes para a adaptação, com vista para a necessidade de avaliações do risco climático;
2. Elaboração de análises de impacto e vulnerabilidade, de acordo com a demanda, como base para a identificação das necessidades de adaptação;
3. Realização de análises (econômicas) dos riscos (danos e prejuízos abruptos e gradativos) da mudança do clima, bem como do custo/benefício da adaptação;
4. Realização de análise dos pontos de entrada para a adaptação, p.e. nas políticas, planos e programas de incentivos existentes; apoio à consideração dos riscos climáticos/medidas de adaptação nos respectivos processos; utilização de medidas de AbE.

5. Apoio à inserção da adaptação em planos, estratégias e políticas, conforme demanda e por meio de contribuições de especialistas;
6. Realização de medidas piloto de gestão de riscos climáticos nos processos de planejamento em nível estadual e municipal;
7. Articulação, apoio e sistematização de medidas de adaptação piloto inovadoras e replicáveis; e
8. Eventos para troca de experiências.

2. Contexto

O PNA envolve um conjunto de estratégias setoriais com importante sinergia com as políticas e instrumentos de gestão municipal. Nesse sentido, destaca-se a estratégia para cidades e para o clima urbano, que tem características específicas. O clima urbano e seus elementos, tais como temperatura, umidade, radiação e vento, são diretamente influenciados pela urbanização e configura microclimas peculiares às cidades. Esse microclima é o resultado das transformações sucessivas para a construção de infraestruturas urbanas e da redução da cobertura vegetal do solo. Todos esses fatores contribuem para o aumento da temperatura nas cidades e para a formação de ilhas de calor, característica universal do clima urbano, além dos fenômenos inversão térmica.

O microclima urbano tem forte impacto na saúde das populações urbanas, cujo percentual é de 76% no Brasil, conforme dados do IBGE de 2017. Do ponto de vista dos ecossistemas, esses impactos envolvem o conjunto de processos provedores de serviços ambientais necessários à qualidade de vida nas cidades.

Nesse contexto, o projeto “*Apoio ao Brasil na Implantação da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PROADAPTA*” visa favorecer o aumento da resiliência urbana climática no Brasil, por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação (*outcome*), mediante o apoio ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) nos processos de coordenação e cooperação entre as três esferas de governo, setores econômicos e sociedade civil, uma vez que os impactos da mudança do clima ocorrem em escala local, mas as medidas de enfrentamento dependem de ações coordenadas e implementadas em diferentes estratégias setoriais ou temáticas.

O PROADAPTA está estruturado em três componentes (*outputs*) que visam o alcance dos seguintes resultados:

1. Apoio ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) na coordenação da implementação da agenda nacional de adaptação, por meio do aprimoramento dos mecanismos de coordenação de fóruns de intercâmbio entre atores centrais nos diferentes níveis de governança; implementação da estratégia de desenvolvimento de capacidades para implementação do PNA; monitoramento e avaliação do PNA; desenvolvimento e implementação de uma estratégia de financiamento e comunicação do PNA.
2. Inserção da consideração do risco climático nas políticas e estratégias de ministérios setoriais, estados e municípios selecionados e implementação de medidas de adaptação inovadoras em nível local, por meio de análises de: impacto e vulnerabilidade, custo benefício da adaptação e pontos de entrada para consideração de riscos climáticos em processos de planejamento e decisão; realização de experimentos pilotos: gestão de risco climático nos processos de planejamento e medidas de adaptação.
3. Sensibilização de atores do setor privado e da sociedade civil para as oportunidades e os riscos da mudança do clima e o uso de opções de adaptação.

No âmbito do Componente 2 do ProAdapta e considerando que a Prefeitura de Santos já possui Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima – CMMC criada em 2015, bem como Plano Municipal de Mudanças Climáticas, o desenvolvimento do Plano Municipal da Mata Atlântica emerge como apoio às políticas ambientais, territoriais e climáticas do município. Aliado a esses esforços em prol da conservação da biodiversidade da Mata Atlântica, é fundamental compreender a mudança do clima como um vetor de pressão que deve ser considerado na formulação de estratégias e ações para tal fim.

Devido ao seu alto grau de vulnerabilidade, o bioma da Mata Atlântica passou a ser protegida por lei singular, a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006). A Lei da Mata Atlântica prevê a criação de Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA). A partir do PMMA foi possível estabelecer diferentes realidades em diferentes contextos, se mostrando vantajoso na orientação de ações públicas e privadas empenhadas em possibilitar a conservação dos remanescentes de biodiversidade existentes na Mata Atlântica.

O município de Santos possui iniciativa de desenvolvimento do PMMA datada do ano de 2015, retomada em 2019 e continuada durante os anos de 2020 e 2021 por consultorias em parceria com a Prefeitura de Santos e o Projeto ProAdapta. Em janeiro de 2021, o PMMA foi apresentado para consulta pública e posterior apreciação e aprovação da minuta pelo Conselho Municipal da Defesa do Meio Ambiente de Santos

(COMDEMA), planejada para o mês de março. Nesse sentido, o presente TdR visa a reforçar e detalhar a inclusão de temáticas referentes à mudança do clima, serviços ecossistêmicos e Adaptação baseada em Ecossistemas na minuta do Plano Municipal.

Adaptação dos trabalhos ao período de Pandemia COVID 19

De acordo com o Decreto Municipal Nº 8.896 de 19 de março de 2020¹, o município de Santos encontra-se em estado de emergência devido à pandemia do novo coronavírus e implementa medidas temporárias de enfrentamento e para prevenção da propagação e contágio. A Região Metropolitana da Baixada Santista se encontra na fase laranja segundo o Plano São Paulo do Governo no Estado (fevereiro/2021)², em fase de restrição a atendimentos presenciais e de horário de funcionamento de estabelecimentos. Desta forma, o presente TdR, visando seguir às recomendações das autoridades competentes, será desenvolvido a partir da adequação dos trabalhos para o ambiente virtual e reativação dos trabalhos do COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa de Meio Ambiente, com a infraestrutura virtual necessária a ser facilitada pela Prefeitura de Santos/SP.

3. Objetivo Geral

A consultoria tem como objetivo assessorar tecnicamente o GTT (Grupo Técnico de Trabalho nomeado pela Prefeitura e responsável pela elaboração do PMMA) no processo de revisão do PMMA com a inserção da mudança do clima e estratégias de AbE – Adaptação baseada em Ecossistemas, incluindo assessoria para a apresentação dos resultados do PMMA pelo GTT ao COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Santos) para sua apreciação e aprovação. A consultoria será responsável pela sistematização e organização de documentos e dados referente a mudança do clima e AbE no desenvolvimento do PMMA, junto ao GTT PMMA. A presente consultoria será supervisionada pelo GTT do PMMA.

O consultor deverá utilizar as seguintes fontes de dados:

1. Plano Municipal de Mudança do Clima de Santos (2016)
2. Considerações sobre riscos e fatores de degradação e pressão sobre a Mata Atlântica da minuta do PMMA

¹ <https://egov.santos.sp.gov.br/legis/documents/8043>

² <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/>

3. Dados e cartogramas com projeções de mudança do clima e impactos na Mata Atlântica de Santos, Modelo ETA-HadGem2-ES, cenário RCP 8,5 em grid 5x5 km, em três horizontes temporais até 2100, elaborados pela consultora do projeto, Cristiane Moura.
 - a. Variáveis climáticas:
 - i. Precipitação Total (PREC)
 - ii. Temperatura Média a 2m da superfície (TP2M)
 - iii. Temperatura Máxima (MXTP)
 - iv. Temperatura Mínima (MNTP)
 - v. Umidade Relativa a 2m da superfície (UR2M)
 - b. Impactos potenciais
 - i. Inundação
 - ii. Erosão hídrica
 - iii. Deslizamento
 - iv. Distribuição da dengue
4. Dados e cartogramas com projeções de mudança do clima e impactos na Mata Atlântica (Modelos ETA HadGem e Miroc5) em grid 20 x 20 km e cenários RCP 4,5 e 8,5 km (disponível na internet – datadownload MMA)
5. Relatórios da consultoria do Prof. João Vicente Coffani (UNESP Registro) que fez exercícios sobre cadeias de impacto (inundações, deslizamento de terra, chuvas extremas).
6. Dados sobre tendências da elevação do nível do mar em Santos gerados pelo Projeto Metrópole (relatório final do projeto e Livro Climate Change in Santos – Marengo, e papers de jornais especializados)

O consultor poderá aprofundar alguns aspectos da avaliação de riscos climáticos de forma participativa, utilizando um software de condução e documentação de trabalhos em grupo. Os atores deverão ser membros do GTT, representantes da academia e da sociedade civil e outros, a serem identificados e mobilizados pela Prefeitura de Santos.

O consultor deverá considerar as seguintes Referências metodológicas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Roteiro para a elaboração e implementação dos planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade. Brasília, DF: MMA, 2017.

FRIENDS OF ECOSYSTEM-BASED ADAPTATION. Tornando eficaz a Adaptação baseada em Ecossistemas: parâmetros para definir critérios de qualificação e padrões de qualidade – documento técnico elaborado por FEBA para UNFCCC-SBSTA 46. Bertram, M., Barrow, E., Blackwood, K., Rizvi, A.R., Reid, H., y von Scheliha-Dawid, S. (autores). GIZ, Bonn, Alemanha, IIED, Londres, Reino Unido, e UICN, Gland, Suíça. 14 pp.

GIZ; EURAC; UNU-EHS. Climate Risk Assessment for Ecosystem-based Adaptation – A guidebook for planners and practitioners. Bonn: GIZ, 2018. Disponível em <<https://www.adaptationcommunity.net/wp-content/uploads/2018/06/giz-eurac-unu-2018-en-guidebook-climate-risk-asesment-eba.pdf>> Acesso em 28 set. 2019

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge; New York: IPCC, 2014.

4. Produtos e Prazos

O contrato terá duração entre o período de **25/02/2021 a 12/08/2021, sendo previstos até 38 dias de trabalho**. O prazo de entrega do produto final está marcado para o dia 04/05/2021. Qualquer alteração de produtos e prazos deverá ser acordada entre as partes.

Todas as atividades desenvolvidas no contrato deverão, ao término do prazo estabelecido, gerar relatórios que serão entregues em cópias digitais à equipe da GIZ, para posterior encaminhamento aos demais supervisores, para aprovação e liberação para pagamento. O início do contrato está previsto para dia **25/02/2021**.

Os produtos esperados, prazos de entrega e especificações são os seguintes:

Produto 1: Capítulo sobre Riscos Climáticos no Diagnóstico

Atividade esperada: 1.1 Elaboração de versão inicial de capítulo do diagnóstico para o PMMA identificando os principais riscos climáticos associados à mudança do clima no território do Município de Santos, detalhando quatro riscos principais com as suas respectivas cadeias de impacto. Realçar o papel da Mata Atlântica e os seus ecossistemas associados como manguezais e restingas para a resiliência a mudança do clima.

Produto 2: Detalhamento participativo de riscos da mudança do clima e cadeias de impactos.

Atividade esperada: 2.1 Elaborar, com grupo de especialista e interessados na mudança do clima no município de Santos, avaliação riscos climáticos e impactos, utilizando software específicos para trabalhos virtuais em grupo. As oficinas participativas deverão contar com a participação das consultorias contratadas pelo ProAdapta para Santos (principalmente a equipe do TDR de risco climático e do TDR de atualização do plano municipal de mudança do clima) para o alinhamento antecipado. Se pertinente, as oficinas participativas também devem contar com a participação das consultorias

contratadas pelo ProAdapta para o parceiro SIMA/SP. Para fins de internalização da abordagem de gênero da GIZ, nas oficinas participativas, o tema de equidade de gênero na mudança do clima e em AbE deverá ser tratado - o que pode contar com o apoio da consultora local especialista no tema. Os resultados destas oficinas deverão ser incorporados na segunda versão do capítulo sobre mudança do clima na minuta do PMMA.

Produto 3: Capítulo sobre Adaptação baseada em Ecossistemas e identificação e qualificação das medidas AbE no Plano de Ação do PMMA

Atividades esperadas: 3.1 Elaborar pequeno capítulo conceitual sobre a abordagem AbE; 3.2 Identificar e destacar entre as ações no plano de ação previstas no capítulo “Plano de Ação” da minuta do PMMA as medidas em AbE, acrescentando uma breve justificativa.

Produto 4: Revisão dos capítulos acima mencionados a partir das indicações e sugestões do COMDEMA e da audiência pública.

Atividades esperadas: Revisão final do PMMA com eventual incorporação de recomendações do COMDEMA e da audiência pública.

Produto 5: Repasse dos resultados para a equipe PMMCS.

Atividade esperada: 5.1 Diálogo entre o consultor e equipes e consultoria incumbidas de atualizar o Plano Municipal da Mudança do Cima e desenvolver o índice do risco climático, para alinhamento e integração dos trabalhos. No final da consultoria, repasse das informações geradas e documentadas no PMMA a equipe do PMMC.

Por meio do convênio entre GIZ e Prefeitura Municipal de Santos será disponibilizado ao consultor conjunto de informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da consultoria.

O consultor deve realizar este trabalho em estreita cooperação com a equipe PMMA da Prefeitura de Santos e a equipe PMMA Santos da GIZ/ProAdapta e participar de reuniões de trabalho e de apresentações ao GTT PMMA da Prefeitura de Santos e ao Comdema de Santos.

Ele também será responsável por responder eventuais questionamentos e sugestões do GTT e do Comdema acerca da inserção de C e AbE no PMMA e para realizar as

adequações no capítulo sobre MC no diagnóstico e sobre a qualificação das medidas AbE no plano de ação do PMMA.

Segue tabela de produtos e prazos esperados:

ETAPAS	ATIVIDADES	PRODUTOS	PRAZO ESTIMADO	DIÁRIAS	DATA PREVISTA	FORMATO DO PRODUTO
MINUTA FINAL	Atividade 1.1: Elaboração de capítulo no diagnóstico do PMMA identificando os principais riscos associados à mudança do clima	Produto 1: Versão inicial do Capítulo sobre Riscos Climáticos no Diagnóstico do PMMA	15 dias corridos após assinatura do contrato	6	12/03/2021	Documento em formato .doc contendo minuta atualizada do PMMA e relatório de atividades desenvolvidas
	Atividade 2.1: Elaborar, com grupo de especialista e interessados na mudança do clima no município de Santos, avaliações de riscos climáticos e impactos, utilizando software específicos para trabalhos em grupo.	Produto 2: Elaboração participativa de riscos da mudança do clima e cadeias de impactos.	25 dias corridos após assinatura do contrato	6	22/03/2021	Documento em formato .doc contendo minuta atualizada do PMMA e relatório de atividades desenvolvidas

	Atividade 3.1: Elaboração de pequeno capítulo conceitual sobre a abordagem AbE; Atividade 3.2: Identificar e destacar entre as ações no plano de ação previstas no capítulo "Plano de Ação" da minuta do PMMA as medidas em AbE, acrescentando uma breve justificativa	Produto 3: Capítulo sobre Adaptação baseada em Ecossistemas e destaque de medidas AbE no Plano de Ação do PMMA	40 dias	4	06/04/2021	Documento em formato .doc contendo minuta atualizada do PMMA e relatório de atividades desenvolvidas
	Atividade 4.1: Revisão final do PMMA com eventual incorporação de recomendações do COMDEMA e da audiência pública.	Produto 4: Revisão dos capítulos acima mencionados a partir das indicações e sugestões do COMDEMA e da audiência pública.	55 dias após assinatura do contrato	4	21/04/2021	Documento em formato .doc contendo minuta final do PMMA e relatório de atividades desenvolvidas
	Atividade 5.1: Diálogo entre equipes e consultoria para alinhamento.	Produto 5: Repasse dos resultados para a equipe PMMCS.	68 dias após assinatura do contrato	4	04/05/2021	Documento em formato .doc contendo minuta final do PMMA e relatório de atividades desenvolvidas
Total diárias:				24		

5. Requisitos de Qualificação:

Para execução das atividades definidas previamente, o presente TdR busca profissional com o seguinte perfil:

- 1 (um) profissional com formação acadêmica em Ciências Biológicas, Ciências Ambientais, Ciências Naturais, Ciências Agrárias, Engenharia Florestal ou Geografia. Necessário experiência em trabalhos desenvolvidos sobre mudança do clima, serviços

ecossistêmicos ou AbE; trabalhos desenvolvidos sobre conservação, recuperação ou uso sustentável da biodiversidade na Mata Atlântica.

Essa pessoa será responsável por: **1.** Elaborar capítulo do diagnóstico para o PMMA identificando os principais riscos climáticos associados à mudança do clima no território do Município de Santos, detalhando os quatro riscos principais com as suas respectivas cadeias de impacto; **2.** Elaborar um pequeno capítulo conceitual sobre a abordagem AbE; **3.** Elaborar definição de medidas consideradas de AbE no plano de ação; **4.** Destacar e justificar entre as ações planejadas as medidas em AbE.

6. Apresentação dos Produtos

Os produtos deverão ser apresentados em conteúdo e linguagem compatíveis com a sua destinação, devidamente digitalizados e formatados, e obedecendo aos critérios definidos em reunião de alinhamento. Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação da GIZ e Prefeitura de Santos que terão prazo de 15 (quinze) dias para se manifestarem. Após a manifestação, a (o) contratada (o) deverá apresentar a versão final, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser solicitadas para o aprimoramento do produto.

A versão final dos produtos deverá ser entregue em meio digital, em formatos .doc e .pdf, compatíveis para impressão colorida em impressora laser, com os textos em formato A4 e fonte Calibri tamanho 11. Todas as fontes de consulta, gráficos, imagens ou fotografias deverão ser citadas na bibliografia, que deverá seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os quadros, se houver, deverão especificar as fontes dos dados apresentados.

7. Pagamento

A aprovação final dos serviços/produtos e autorização para pagamento estará a cargo da Sra. Ana Carolina Câmara, Diretora do Projeto Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima/GIZ.

8. Código de Conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição

de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o (a) consultor (a) ou empresa selecionado (a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

- **Postura pessoal**

- Escute e dê crédito a ideias de suas (eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada(o) pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;

- **Ao prestar o serviço**

- Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas (os) para suas (seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;

- Procure estar sempre informada (o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;
- **Orientações corporativas**
 - Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Brasília - DF, 10 de fevereiro de 2021.

Ana Carolina Câmara

Diretora

Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH